

CONDIÇÕES GERAIS E ESPECIAIS

seguro educacional



ÍNDICE

1) DEFINIÇÕES	5
2) CONDIÇÕES CONTRATUAIS DO SEGURO	8
3) OBJETIVO DO SEGURO	8
4) COBERTURAS DO SEGURO	9
5) RISCOS EXCLUÍDOS	10
6) CARÊNCIAS E FRANQUIAS	11
7) ACEITAÇÃO DO SEGURO	11
8) VIGÊNCIA E RENOVAÇÃO DO SEGURO	12
9) ENCAMPAÇÃO E MIGRAÇÃO DE APÓLICE	13
10) CAPITAL SEGURADO INDIVIDUAL	13
11) ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	14
12) CUSTEIO DO SEGURO	14
13) PAGAMENTO DO PRÊMIO DO SEGURO	14
14) DO PRAZO DE TOLERÂNCIA PARA PAGAMENTO DO PRÊMIO	15
15) CANCELAMENTO DO SEGURO DECORRENTE DO NÃO PAGAMENTO DO PRÊMIO	15
16) CESSAÇÃO DA COBERTURA INDIVIDUAL	15
17) REENQUADRAMENTO POR FAIXA ETÁRIA	16
18) LIQUIDAÇÃO DE SINISTROS	16
19) PERDA DO DIREITO À INDENIZAÇÃO	17
20) FORMAS DE PAGAMENTO DAS INDENIZAÇÕES	18
21) BENEFICIÁRIOS	18
22) PRESCRIÇÃO	18
23) REGIME FINANCEIRO	18
24) OBRIGAÇÕES DO ESTIPULANTE	18
25) PESSOAS POLITICAMENTE EXPOSTAS	19
26) EXCEDENTE TÉCNICO	20
27) RESCISÃO E ALTERAÇÃO CONTRATUAL	21
28) FORO	22
29) INFORMAÇÕES GERAIS	22

1 - DEFINIÇÕES

Acidente pessoal: evento com data caracterizada, exclusivo e diretamente externo, súbito, involuntário, violento, causador de lesão física, que, por si só e independentemente de toda e qualquer outra causa, tenha como consequência direta a morte, a invalidez permanente total ou parcial, a incapacidade temporária ou que torne necessário tratamento médico, observando-se, que o suicídio, ou sua tentativa, será equiparado, para fins de pagamento de indenização, a acidente pessoal, observado o prazo de carência aplicado a esse evento.

Apólice: documento emitido pela seguradora formalizando a aceitação da(s) cobertura(s) solicitada(s) pelo proponente, nos planos individuais, ou pelo estipulante, nos planos coletivos.

Aviso de Sinistro: é a comunicação da ocorrência de um sinistro, que o segurado ou o beneficiário deverá encaminhar ao Estipulante e/ou seguradora, assim que tenha conhecimento do evento passível de cobertura.

Beneficiário: pessoa física ou jurídica designada para receber a indenização, na hipótese de ocorrência do sinistro.

Capital segurado: valor máximo para a cobertura contratada a ser pago pela seguradora na ocorrência do sinistro.

Carência: é o período contínuo de tempo, contado a partir do início de vigência da cobertura individual, durante o qual a seguradora estará isenta de qualquer responsabilidade indenizatória.

Carregamento: importância destinada a atender às despesas administrativas e de comercialização.

Certificado Individual: é o documento destinado ao segurado, emitido pela seguradora no caso de contratação coletiva, quando da aceitação do proponente, da renovação do seguro ou da alteração de valores de capital segurado ou prêmio.

Coberturas do seguro: são as obrigações que a seguradora assume perante o segurado quando da ocorrência de um evento coberto.

Condições contratuais: conjunto de disposições que regem a contratação de um mesmo plano de seguro, também denominadas condições gerais e especiais.

Contrato de prestação de serviços educacionais: instrumento pelo qual o responsável financeiro contrata Instituição de Ensino para oferecer, mediante remuneração ajustada, serviço especializado de natureza intelectual (ensino) para educando, por tempo determinado.

Data do evento: data de ocorrência do evento / risco coberto.

Declaração Pessoal de Saúde: é a declaração prestada pelo segurado antes da contratação do seguro, com informações sobre o seu estado de saúde atual, bem como de sua atividade principal.

Doença Preexistente: são todas as doenças, inclusive as congênitas, que o segurado saiba ser portador ou sofredor, e não declarada na proposta de contratação ou adesão.

Educando: estudante regularmente matriculado nos cursos oferecidos pelo estipulante/subestipulante.

Empresário: pessoa física/natural que exerce atividade econômica organizada para a produção ou circulação de bens e serviços, nos termos da legislação em vigor e que esteja sujeito ao regime jurídico de decretação de falência. Não é considerado empresário

sujeito à falência, pela legislação em vigor, o profissional liberal ou autônomo não registrado no registro de empresa e o explorador de atividade rural.

Encampação: é a substituição de apólice coletiva ao fim de sua vigência por nova apólice emitida por outra seguradora.

Endosso: documento, emitido pela seguradora, por meio do qual são formalizadas alterações do seguro contratado, de comum acordo entre as partes envolvidas.

Estado de insolvência: aquele em que o empresário não cumpre obrigação no prazo estabelecido com terceiro sem motivo justificado; incorre em execução frustrada e/ou se praticar ato de falência, nos termos da legislação em vigor.

Estipulante: é a pessoa natural ou jurídica que contrata apólice coletiva de seguros, ficando investido de poderes de representação dos segurados perante as sociedades seguradoras, nos termos da legislação e regulação em vigor.

O estipulante poderá manter vínculo indireto com o grupo segurado por intermédio de subestipulante, para o qual se aplicam todas as disposições destas Condições Gerais, observados os limites de atuação e de responsabilidades definidos no contrato coletivo em relação a cada parte.

Evento coberto: é o acontecimento futuro, possível e incerto, passível de ser indenizado pelas coberturas contempladas nestas Condições Gerais.

Excedente técnico: saldo positivo obtido pela seguradora na apuração do resultado operacional de uma apólice coletiva, em determinado período.

Falência: procedimento judicial destinado à satisfação dos credores de devedor empresário.

Formulário de Aviso de Sinistro: é o documento pelo qual é feita a comunicação de um sinistro à seguradora.

Franquia: período ininterrupto de dias dentro da vigência do seguro, contado a partir da data da ocorrência do evento coberto, durante o qual o segurado não terá direito à cobertura do seguro.

Glossário: dicionário de termos técnicos e científicos.

Grupo segurável: é a totalidade das pessoas físicas vinculadas ao estipulante que reúne as condições para inclusão na apólice coletiva.

Grupo segurado: é a totalidade do grupo segurável efetivamente aceita e incluída na apólice coletiva.

Indenização: valor que a seguradora deverá pagar ao segurado ou a seus beneficiários quando da ocorrência de um evento coberto, limitado ao valor do capital segurado da respectiva cobertura contratada.

Início de vigência: é a data a partir da qual as coberturas de risco propostas serão garantidas pela seguradora.

Instituição de Ensino: entidade educacional ou estabelecimento de ensino devidamente reconhecida pelo Ministério da Educação, contratada pelo responsável financeiro para a prestação de serviços educacionais.

Lauda médico: Documento emitido por médico devidamente registrado no Conselho Regional de Medicina sobre as condições físicas e de saúde do segurado.

Médico assistente: é o profissional legalmente licenciado para a prática da medicina. Não serão aceitos como Médico Assistente o próprio segurado, seu cônjuge, seus dependentes, parentes consanguíneos ou afins, mesmo que habilitados a exercer a

prática da medicina.

Migração de apólices: substituição de apólice coletiva por nova apólice emitida por outra seguradora em período não coincidente com o término da respectiva vigência.

Nota Técnica Atuarial: documento que contém a descrição e o equacionamento técnico do plano e que deverá ser protocolizado na SUSEP previamente à comercialização.

Período de cobertura: aquele durante o qual o segurado ou os beneficiários, quando for o caso, farão jus aos capitais segurados contratados.

Prêmio: valor correspondente a cada um dos pagamentos destinados ao custeio do seguro.

Prescrição: extingue o direito de uma pessoa a exigir de outra uma prestação (ação ou omissão), ou seja, provoca a extinção da pretensão, quando não exercida no prazo definido por lei.

Profissional liberal: aquele que exerce profissão intelectual de natureza científica, literária ou artística de forma liberal, ou seja, sem que tenha registro de empresa, sem que seja empresário e sem que tenha qualquer vínculo empregatício com pessoa natural (física) ou jurídica.

Proponente: é a pessoa que propõe sua adesão à apólice e que passará à condição de segurado somente após sua aceitação pela seguradora, com o devido pagamento do prêmio correspondente.

Proposta de adesão: documento com declaração dos elementos essenciais do interesse a ser garantido e do risco, em que o proponente, pessoa física, expressa a intenção de aderir à contratação coletiva, manifestando pleno conhecimento das condições contratuais.

Proposta de contratação: documento com declaração dos elementos essenciais do interesse a ser garantido e do risco, em que proponente, pessoa física ou jurídica, expressa a intenção de contratar uma cobertura (ou coberturas), manifestando pleno conhecimento das condições contratuais.

Reintegração do capital segurado: é a recomposição do capital segurado após a ocorrência de um sinistro.

Responsável financeiro: a pessoa física que assume o compromisso de custear as mensalidades escolares do educando e que estará indicada como tal no contrato de prestação de serviços educacionais com estipulante/subestipulante. O responsável financeiro pode ser o pai, a mãe, ou outro representante legal, além do próprio educando.

Riscos Excluídos: eventos preestabelecidos nas condições gerais e especiais do seguro, que isentam a seguradora de qualquer responsabilidade quanto à indenização oriunda destes eventos.

Segurado: pessoa física sobre a qual se procederá a avaliação do risco e se estabelecerá o seguro.

Seguradora: é a companhia de seguros, devidamente constituída e legalmente autorizada a operar no país, que assume os riscos inerentes às coberturas contratadas, que nos termos destas Condições Gerais é a **CENTAURO VIDA E PREVIDÊNCIA S.A.**

Sinistro: a ocorrência do risco coberto, durante o período de vigência do plano de seguro.

SUSEP: Superintendência de Seguros Privados, autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda, que tem como atribuição a fiscalização, normatização e regulação dos seguros privados.

Vesting: conjunto de cláusulas constantes do contrato coletivo que o segurado, tendo expressado prévio conhecimento, é obrigado a cumprir para que lhe possam ser oferecidos e postos à disposição os recursos da provisão (ou provisões) decorrentes dos prêmios pagos pelo estipulante.

Vigência: intervalo contínuo de tempo durante o qual está em vigor o contrato de seguro, podendo ser fixada em anos, meses, dias, horas, minutos, jornada, viagem ou trecho, ou outros critérios, conforme estabelecido no plano de seguro.

Vigência da cobertura individual: é o período em que o segurado está coberto pelas coberturas do seguro.

Vínculo empregatício: o vínculo formalizado por contrato de trabalho registrado em carteira profissional de trabalho e previdência social (CTPS) onde o segurado receba pagamentos periódicos com jornada de trabalho mínima de 30 (trinta) horas semanais ou, quando se tratar de Diretor Estatutário com vínculo empregatício, a Ata de Eleição da Diretoria devidamente registrada no órgão competente.

2 - CONDIÇÕES CONTRATUAIS DO SEGURO

As condições contratuais deste seguro apresentam-se em partes assim denominadas:

2.1 Condições Contratuais

Conjunto de disposições que regem a contratação, incluindo as constantes da proposta de contratação, das condições gerais, das condições especiais, da apólice e, para o plano coletivo, do contrato, da proposta de adesão e do certificado individual.

2.2 Condições Especiais

Especificam as diferentes modalidades de cobertura que possam existir dentro de um mesmo plano.

2.3 Condições Gerais

Conjunto de cláusulas que regem um mesmo plano de seguro, estabelecendo obrigações e direitos da seguradora, do segurado, dos beneficiários, do Estipulante e Subestipulante.

2.4 Contrato

Instrumento jurídico firmado entre o estipulante e a seguradora, que estabelece as peculiaridades da contratação do plano coletivo, e fixa os direitos e obrigações do estipulante, da seguradora, dos segurados e dos beneficiários.

3 - OBJETIVO DO SEGURO

3.1 Este seguro tem por objetivo auxiliar financeiramente o educando no custeio de parte de suas despesas com educação, por intermédio do pagamento do Capital Segurado contratado, em caso de ocorrência de um dos eventos cobertos pelo presente Seguro com o Responsável Financeiro, conforme coberturas e forma de composição do capital segurado contratados, exceto se decorrentes de riscos excluídos, desde que respeitadas às Condições Contratuais, Condições Especiais e de acordo com a presente Condição Geral.

3.2 Este seguro é de contratação coletiva.

3.3 O estipulante, na proposta de contratação/contrato, deverá optar por uma das seguintes alternativas de cobertura:

- até o fim período letivo (semestre ou ano);
- até o término do ciclo escolar atual do educando ou

- até o término do último ciclo escolar que a Instituição de Ensino ofereça.

3.4 Somente poderão contratar este seguro como estipulantes/subestipulantes, as Instituições de Ensino que operem um ou mais dos seguintes ciclos escolares, em períodos semestrais ou anuais:

I – Ensino Regular:

- a) Educação Infantil;
- b) Ensino Fundamental;
- c) Ensino Médio e
- d) Ensino Superior.

II – Demais Modalidades:

- a) Educação Profissional Técnica; e
- b) Cursos Livres de Idioma e Informática.

3.5 O segurado (responsável financeiro) é aquele que comprovadamente é o responsável pelo pagamento das mensalidades escolares devidas para a Instituição de Ensino, e que na época da assinatura do Contrato esteja em perfeita condição de saúde, plena atividade profissional, podendo estar aposentado desde que não seja por invalidez e que na ocorrência de evento coberto pela apólice atenda aos seguintes requisitos (sem prejuízo de outros constantes nestas Condições Gerais do Seguro):

- a) esteja com a mensalidade do mês do evento paga, até a data do vencimento da parcela, ou devidamente quitada 24 (vinte e quatro) horas antes do Sinistro;
- b) seja o Responsável Financeiro pelo aluno, podendo ser o pai, mãe ou Tutor legal do educando (aquele que preencher o formulário de identificação do Responsável Financeiro anexo ao Contrato de Prestação de Serviço educacionais firmado com a Instituição de Ensino);

c) só serão aceitos como Responsável Financeiro o pai, a mãe ou Tutor legal do educando. A alteração do Responsável Financeiro deverá seguir procedimento próprio, mediante preenchimento de formulário padrão que será submetido à apreciação da Seguradora quanto ao seu deferimento.

3.6 No caso de mais de um Responsável Financeiro prevalecerá o que possuir maior participação no pagamento da mensalidade. Quando houver mais de um indivíduo figurando no Contrato de Prestação de Serviços educacionais como Responsável Financeiro, os Proponentes deverão preencher e assinar o Formulário de Identificação do Responsável Financeiro indicando o percentual de participação de cada Responsável no pagamento da mensalidade escolar do Educando, sempre observando a definição do Responsável Financeiro estabelecida nestas Condições Contratuais.

4 - COBERTURAS DO SEGURO

4.1 As coberturas do seguro serão em conformidade com as Condições Especiais do Seguro e a forma de contratação, se conjugada ou isolada, será especificada no Contrato de Seguro, na Proposta de Contratação e/ou na Proposta de Adesão.

4.2 As coberturas serão estruturadas na modalidade de benefício definido, segundo a qual os valores do capital segurado, pagável de uma única vez, e respectivos prêmios, são estabelecidos previamente, nas condições contratuais do seguro.

5 - RISCOS EXCLUÍDOS

5.1 Estão expressamente excluídos de todas as coberturas deste seguro os eventos ocorridos em consequência:

- a) do uso de material nuclear para quaisquer fins, incluindo a explosão nuclear provocada ou não, bem como a contaminação radioativa ou exposição a radiações nucleares ou ionizantes;
- b) de atos ou operações de guerra, declarada ou não, de guerra química ou bacteriológica, de guerra civil, de guerrilha, de revolução, agitação, motim, revolta, sedição, sublevação ou outras perturbações da ordem pública e delas decorrentes, salvo se tratar de prestação de serviço militar ou de ato de humanidade em auxílio de outrem;
- c) de doenças preexistentes à contratação do seguro não declaradas no cartão-proposta processo de subscrição do risco individual;
- d) epidemias e pandemias oficialmente declaradas, incluindo, mas não limitado a gripe aviária, febre aftosa, malária, dengue, meningite, dentre outras. Não estão abrangidos nestes riscos excluídos os eventos exclusivamente de Morte e Invalidez Funcional Permanente Total por Doença causados pela Covid-19 e suas variantes;
- e) de suicídio do segurado, ou sua tentativa, exceto se ocorrido após o período de 2 (dois) anos contados da vigência inicial do seguro ou de sua recondução depois de suspenso;
- f) tufões, inundações, furacões, ciclone, maremoto, erupção vulcânica, tempestade, terremoto, movimento sísmico ou movimentos de terra em geral e qualquer outro fenômeno atmosférico, meteorológico, sísmico ou geológico de caráter extraordinário;
- g) participação do segurado em desafios e brigas, exceto nos casos de prática de esporte, legítima defesa, estado de necessidade ou atos de humanidade em auxílio de outrem;
- h) de atos ilícitos dolosos praticados pelo segurado, pelo beneficiário ou pelo representante legal, de um ou de outro. Ficam excluídos também os atos ilícitos praticados pelos sócios controladores, dirigentes e administradores, nos seguros contratados por pessoa jurídica;
- i) imprudência ou negligência grave do segurado, assim declarado judicialmente, bem como atos contrários à lei;
- j) competições ilegais em aeronaves, embarcações e veículos a motor, inclusive treinos preparatórios. Esta exclusão não poderá ser aplicada para os casos em que o segurado estiver no exercício legal da prática de esportes;
- k) o segurado dirigir veículo automotor, ou qualquer outro tipo de veículo e/ou equipamento que requeiram aptidão, sem que possua habilitação apropriada.

5.2 Exclusão para Atos Terroristas

5.2.1. Não estão cobertos danos causados direta ou indiretamente por ato terrorista, cabendo à seguradora comprovar com documentação hábil, acompanhada de laudo circunstanciado que caracterize a natureza do atentado, independentemente de seu propósito, e desde que este tenha sido devidamente reconhecido como atentatório à ordem pública pela autoridade pública competente.

5.3 Estão ainda excluídos do seguro as seguintes condições:

- a) Bolsistas integrais, exceto os filhos de funcionários e/ou professores do Estipulante, que tenham adquirido a bolsa de estudo para atendimento de convenção coletiva de trabalho e cujo prêmio tenha sido recolhido sobre o valor integral da mensalidade escolar;**
- b) Pessoas que não sejam os responsáveis financeiros e não respondam pelo pagamento das mensalidades escolares do educando.**

6 - CARÊNCIAS E FRANQUIAS

6.1 O período de carência será contado a partir do início de vigência da cobertura individual ou da sua reabilitação, no caso de suspensão, durante o qual, na ocorrência do sinistro, o segurado ou os beneficiários não terão direito à percepção dos capitais segurados contratados.

6.2 Para sinistros decorrentes de acidentes pessoais não será aplicável prazo de carência, exceto no caso de suicídio ou sua tentativa, quando o referido prazo corresponderá a dois anos ininterruptos.

6.3 Quando adotado prazo de carência, exceto no caso de suicídio ou sua tentativa, este não poderá exceder metade do prazo de vigência previsto pelo certificado individual. A seguradora, a seu critério, poderá substituir a carência pela subscrição do risco através da análise de questionário de saúde e atividade.

6.4 O prazo de carência será aplicado às solicitações de aumento de capital segurado efetuadas após o início de vigência, em relação à parte aumentada.

6.5 Em caso de renovação de apólice, não será iniciado novo prazo de carência, exceto no caso previsto no item anterior 6.4.

6.6 A franquia corresponde ao período ininterrupto de dias dentro da vigência do seguro, contado a partir da data da ocorrência do evento coberto, durante o qual o segurado não terá direito à cobertura do seguro.

6.7 Quando aplicáveis, as franquias e/ou carências estarão fixadas nas condições especiais e/ou contrato.

7 - ACEITAÇÃO DO SEGURO

7.1 A contratação do seguro somente poderá ser feita mediante contrato, proposta de contratação e/ou proposta de adesão preenchida e assinada pelo proponente, seu representante legal ou pelo corretor de seguros, podendo a assinatura ser de forma eletrônica.

7.2 Após o recebimento do documento para contratação assinado, a seguradora disporá de 15 (quinze dias) para análise e aceitação do risco sendo que a ausência de comunicação da seguradora, por escrito, no prazo acima, caracterizará a aceitação tácita da proposta de contratação.

7.3 A seguradora poderá solicitar documentos complementares, para análise e aceitação do risco durante o prazo estabelecido acima. Neste caso, contagem do prazo de 15 (quinze) dias sofrerá suspensão durante o período em que a seguradora estiver aguardando a entrega das informações complementares solicitadas e continuará a correr após o recebimento dos mesmos.

7.4 A data de aceitação da proposta será aquela que ocorrer primeiro entre:

- i. a data de emissão da apólice ou certificado individual com consequente envio e/ou disponibilização do documento contratual; ou
- ii. a data de término do prazo de 15 (quinze dias) para análise e aceitação do risco, quando caracterizará a aceitação tácita.

7.5 Em caso de recusa da proposta, esta será comunicada ao proponente por resposta escrita e, fundamentada, e valerá como data da recusa da proposta, para todos os efeitos legais, a data da expedição da comunicação.

7.6 Caso tenha havido pagamento parcial ou total de prêmio, a seguradora restituirá o proponente e/ou o Estipulante. O valor é devido no momento da formalização da recusa, devendo ser restituído no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos. O valor a ser devolvido corresponderá ao prêmio pago, deduzido da parcela "pro rata temporis" correspondente ao período em que tiver prevalecido a cobertura, devidamente atualizado pela variação do IPCA do IGBE entre o último índice publicado antes da data do pagamento do prêmio e aquele publicado imediatamente anterior à data da efetiva restituição, estando ainda sujeito à aplicação de juros de mora à base de 1% (um por cento) ao mês, caso a devolução não seja efetivada em até 10 (dez) dias da data da formalização da recusa.

7.7 Excepcionalmente, em caso de expresse acordo entre as partes, é admitida a exclusão de cobertura para doenças preexistentes específicas declaradas durante o processo de subscrição do risco individual para o segurado que compõem o grupo segurável.

7.8 Cada segurado incluído no seguro receberá seu Certificado Individual, bem como nas renovações subsequentes.

8 - VIGÊNCIA E RENOVAÇÃO DO SEGURO

8.1 A vigência do seguro será por prazo determinado de 12 (doze) meses podendo, entretanto, ser determinado períodos diferentes no Contrato de Seguro e/ou Proposta de Contratação, tendo a seguradora a faculdade de não renovar a apólice na data de seu vencimento, sem a devolução dos prêmios pagos.

8.2 A apólice poderá ser renovada automaticamente, uma única vez, por igual período, salvo se a seguradora ou o Estipulante, mediante aviso prévio de no mínimo 30 (trinta) dias do término da vigência comunicar por escrito o desinteresse pela mesma.

8.3 No final do prazo de vigência da apólice, se esta não for renovada:

I - a cobertura de cada segurado cessará automaticamente, respeitando o período correspondente ao prêmio integralmente pago para os riscos em curso, observando-se que a caducidade do seguro se dará automaticamente, sem restituição dos prêmios pagos;

II - na hipótese de, eventualmente, existirem certificados individuais cujo fim de vigência ultrapasse o fim de vigência da apólice não renovada, a apólice e o respectivo contrato coletivo poderão ter suas vigências estendidas, pelo estipulante e pela seguradora, até o final de vigência especificado nos certificados individuais já emitidos; e

III - é expressamente vedada a emissão de novos certificados individuais durante o período de vigência estendida de que trata o inciso II acima.

8.4 Outras renovações somente ocorrerão se expressamente acordado pela seguradora e o Estipulante e desde que não acarretem ônus ou dever adicional para os segurados, ou redução de seus direitos. Caso se verifique uma destas situações, deverá haver anuência prévia e expressa de pelo menos três quartos do grupo segurado.

8.5 A renovação que não implicar em alteração da apólice com ônus ou deveres adicionais para os segurados ou redução de seus direitos, poderá ser feita pelo Estipulante.

9 - ENCAMPAÇÃO E MIGRAÇÃO DE APÓLICE

9.1 Considera-se encampação a substituição de apólice coletiva ao fim de sua vigência por nova apólice emitida por outra seguradora.

9.1.1 No caso de encampação de apólice de seguro não contributivo estipulado por empregador em favor de seus empregados, é admitida a dispensa de proposta de adesão desde que não haja modificação na apólice que implique ônus ou dever para os segurados ou redução de seus direitos.

9.2 Considera-se migração a substituição de apólice coletiva por nova apólice emitida por outra seguradora em período não coincidente com o término da respectiva vigência.

9.2.1 No caso de recepção de grupo de segurados, originada em processo de migração de apólices, deverão ser admitidos todos os componentes do grupo cuja cobertura esteja em vigor.

9.2.2 Deverá haver emissão e envio e/ou disponibilização dos certificados individuais aos segurados e não será reiniciada a contagem de prazo de carência para segurados já incluídos no seguro pela apólice anterior, em relação às coberturas e respectivos valores já contratados.

9.2.3 É admitida a dispensa do recolhimento de anuência de três quartos do grupo segurado para migração de apólice coletiva em seguros não contributivos estipulados por empregadores em favor de seus empregados desde que não haja modificação que implique ônus ou dever para os segurados ou redução de seus direitos.

9.2.4 No caso de que trata o item 9.2.3, é admitida a dispensa da proposta de adesão à nova apólice coletiva.

10 - CAPITAL SEGURADO INDIVIDUAL

10.1 O capital segurado individual é a importância máxima a ser paga ao segurado ou beneficiário em função do valor estabelecido para cada cobertura contratada, vigente na data do evento.

10.2 O critério de estabelecimento do capital segurado consta nas condições especiais das coberturas do seguro.

10.3 Os capitais segurados individuais das coberturas contratadas constarão no Certificado Individual do Seguro.

11 - ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

11.1 Os capitais segurados e os prêmios correspondentes serão atualizados monetariamente, anualmente, na data do aniversário do seguro, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA / IBGE ou outro índice que vier a substituí-lo, acumulado nos 12 (doze) meses que antecedem o mês da atualização, exceto para as apólices que possuam recálculo do capital segurado em função da variação dos valores das mensalidades escolares.

11.2 A primeira atualização observará o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) acumulado, proporcional ao número de meses decorridos desde a data de início de vigência do certificado.

11.3 Nas apólices de seguro onde haja recálculo dos capitais segurados conforme a variação das mensalidades escolares alternativamente à atualização monetária prevista na cláusula 11.1, o estipulante/subestipulante deverá comunicar a seguradora os percentuais a serem utilizados.

12 - CUSTEIO DO SEGURO

12.1 O custeio do seguro poderá ser:

- i. Contributário: o prêmio do seguro é custeado integralmente pelos segurados da apólice;
- ii. Parcialmente Contributário: o prêmio do seguro é custeado parcialmente pelos segurados da apólice;
- iii. Não contributário: os segurados não custeiam o prêmio do seguro.

13 - PAGAMENTO DO PRÊMIO DO SEGURO

13.1 O prêmio do seguro deverá ser pago durante o período de vigência da apólice, de forma antecipada ou postecipada em relação ao risco, sendo a periodicidade e forma da cobrança definidos nas Condições Contratuais.

13.2 Nos seguros contributários se o Estipulante deixar de recolher à seguradora, no prazo devido, os prêmios recolhidos dos segurados, estes não serão prejudicados no direito à cobertura do seguro. Responde a seguradora, até o cancelamento da apólice, pelo pagamento das indenizações devidas, ficando o Estipulante sujeito às determinações legais. Quando houver previsão de pagamento do prêmio por meio de consignação em folha, a ausência do repasse à seguradora dos prêmios recolhidos por consignante que não corresponda à figura de estipulante não poderá causar qualquer prejuízo aos segurados ou respectivos beneficiários no que se refere à cobertura e demais direitos oferecidos.

13.3 A seguradora poderá delegar ao Estipulante o recolhimento dos prêmios, ficando este responsável por seu repasse à seguradora, conforme as condições estabelecidas nas Condições Contratuais.

13.4 É expressamente vedado ao Estipulante o recolhimento, a título de prêmio, de qualquer valor que exceda o destinado ao custeio do seguro. Quando houver o recolhimento, juntamente com o prêmio, de outros valores devidos ao estipulante, a qualquer título, é obrigatório o destaque, no documento de cobrança, do valor do prêmio discriminado por cobertura contratada. É vedada, ainda, a cobrança de qualquer taxa de inscrição ou de intermediação.

13.5 Qualquer indenização somente passa a ser devida depois do pagamento do respectivo prêmio mensal, que deve ser realizado até a data estabelecida. Caso esta data corresponda a um feriado bancário ou fim de semana, o pagamento poderá ser efetuado no primeiro dia útil subsequente, sem que haja suspensão das coberturas.

14 - DO PRAZO DE TOLERÂNCIA PARA PAGAMENTO DO PRÊMIO

14.1 Se, após a data estabelecida para pagamento do prêmio, este não tiver sido quitado, será adotado prazo de tolerância de 90 dias.

14.2 A contagem do prazo terá início a partir do primeiro dia de vigência do período de cobertura a que se referir a cobrança. Se ao final deste prazo persistir o caráter de inadimplência, a apólice ou certificado individual, serão cancelados.

14.3 Durante o prazo de tolerância haverá cobertura dos sinistros ocorridos, com a consequente cobrança do prêmio devido.

14.4 O não pagamento das faturas pelo segurado à seguradora até a data convencionada redundará em 2% de multa e aplicação de juros de mora à base de 0,1% ao dia sobre o valor da fatura, não sendo prevista atualização monetária.

15 - CANCELAMENTO DO SEGURO DECORRENTE DO NÃO PAGAMENTO DO PRÊMIO

15.1 Decorrido o prazo de tolerância e não houver o pagamento dos prêmios em atraso, o seguro será cancelado, não produzindo efeitos, direitos ou obrigações, desde a data de cancelamento, não cabendo qualquer restituição de prêmios anteriormente pagos e sendo devidas as parcelas não quitadas no período coberto.

16 - CESSAÇÃO DA COBERTURA INDIVIDUAL

16.1 Respeitando o período correspondente ao prêmio pago, a cobertura individual cessa automaticamente, ao final do prazo de vigência da apólice, se esta não for renovada.

16.2 A cobertura do segurado cessa, ainda:

- i. com o desaparecimento do vínculo entre o segurado e o Estipulante/ Subestipulante;
- ii. quando o segurado solicitar sua exclusão da apólice ou quando deixar de contribuir com sua parte no prêmio por prazo superior ao prazo de tolerância, observado na cláusula 15.
- iii. de acordo com a cobertura do seguro contratada caso a mesma preveja nas respectivas condições especiais, cancelamento da cobertura de acordo com idade e/ou evento ocorrido.

16.3 Na hipótese do segurado, seus prepostos ou seus beneficiários agirem com dolo, fraude ou simulação na contratação do seguro, durante sua vigência, ou ainda para obterem ou para majorarem a indenização, dá-se automaticamente a caducidade do seguro, sem restituição dos prêmios, ficando a seguradora isenta de qualquer responsabilidade.

16.4 Nos seguros contratados por pessoas jurídicas, o disposto no parágrafo acima se aplica aos seus sócios controladores, dirigentes e administradores legais, aos beneficiários e aos seus respectivos representantes.

17 - REENQUADRAMENTO POR FAIXA ETÁRIA

17.1 De acordo com o estudo realizado, poderá ser previsto no Contrato de Seguro e/ou Proposta de Contratação o reenquadramento por faixa etária do segurado.

17.2 Quando da alteração de faixa etária, os prêmios serão alterados de acordo com a nova idade do segurado, obedecendo as condições estabelecidas no Contrato do Seguro e ou Proposta de Contratação.

18 - LIQUIDAÇÃO DE SINISTROS

18.1 Todos os pagamentos de indenizações referentes a este seguro serão efetuados no Brasil e em moeda corrente nacional, podendo ocorrer sob a forma de reembolso ou prestação de serviços, sem prejuízo de outras formas pactuadas entre as partes.

18.2 Em caso de sinistro coberto por este seguro, o segurado ou seus beneficiários deverão comunicar o sinistro à seguradora e provar satisfatoriamente sua ocorrência, através da entrega dos documentos listados nas Condições Especiais de cada cobertura contratada.

18.3 O prazo máximo para liquidação do sinistro é de 30 (trinta) dias a partir da entrega de todos os documentos básicos previstos nas Condições Especiais do Seguro.

18.4 É facultado à seguradora, em caso de dúvida fundada e justificável, a adoção de medidas que visem à plena elucidação do sinistro, podendo, inclusive, solicitar documentos que julgar necessários à apuração do sinistro. Neste caso, a contagem do prazo para liquidação do sinistro será suspensa voltando a correr a partir do dia útil subsequente àquele em que forem atendidas as exigências.

18.5 Se a seguradora não proceder a indenização no prazo estipulado, o valor a ser indenizado ao segurado ou beneficiários será igual ao valor do capital segurado vigente atualizado desde a data da ocorrência do evento até a data do efetivo pagamento pela variação positiva do IPCA (IBGE) apurada entre o último índice publicado antes da data do aviso do sinistro e aquele publicado imediatamente anterior à data da efetiva liquidação do sinistro, acrescido de juros de mora de 0,1% por dia transcorrido no período assim determinado. Quando a indenização for paga sob a forma de reembolso de despesas, se a seguradora não proceder a indenização no prazo estipulado, a data de exigibilidade para fins de atualização monetária é a data do efetivo dispêndio pelo segurado ou beneficiário.

18.6 O pagamento de valores relativos à atualização monetária e juros moratórios far-se-á independentemente de notificação ou interpelação judicial, de uma só vez, juntamente com os demais valores do contrato.

18.7 Nos casos de divergências sobre a causa, natureza ou extensão das lesões, bem como a avaliação da incapacidade relacionada ao segurado, a seguradora deverá propor ao segurado, por meio de correspondência escrita, dentro do prazo de 15 (quinze) dias a contar da data da contestação, a constituição de junta médica.

i. A junta médica deverá ser constituída de 3 (três) membros, sendo um nomeado pela seguradora, outro pelo segurado e um terceiro, desempatador, escolhido pelos dois nomeados.

ii. Cada uma das partes pagará os honorários do médico que tiver designado; os do terceiro serão pagos, em partes iguais, pelo segurado e pela seguradora.

iii. O prazo para constituição da junta médica será de, no máximo 15 (quinze) dias a

contar da indicação do membro nomeado pelo segurado.

18.8 As providências que a seguradora tomar, visando esclarecer as circunstâncias do sinistro, não constituem ato de reconhecimento da obrigação de pagamento do capital segurado.

18.9 O direito do seguro e/ou beneficiário em pleitear indenização junto a seguradora prescreve nos prazos estabelecidos nos termos do código civil.

18.10 Caso o processo de regulação de sinistros conclua que a indenização não é devida, o segurado ou beneficiário será comunicado formalmente, com a justificativa para o não pagamento, respeitado o prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da entrega de todos os documentos exigidos pela seguradora.

18.11 Para os menores de catorze anos é permitido, exclusivamente, seja na condição de segurado titular ou dependente, o oferecimento e a contratação de coberturas cuja indenização se dê sob a forma de reembolso de despesas ou prestação de serviços, desde que a despesa ou serviço estejam diretamente relacionados ao sinistro coberto. Quando contratada, essa restrição não se aplica a cobertura de doenças graves não infecciosas ou doenças congênitas, desde que não suscetíveis a serem provocadas intencionalmente.

19 - PERDA DO DIREITO À INDENIZAÇÃO

19.1 O segurado perderá o direito a qualquer indenização quando:

19.1.1 Se agravar intencionalmente o risco.

19.1.2 Por qualquer meio ilícito, fraude ou simulação na contratação do seguro, durante sua vigência, ou ainda para obter ou majorar a indenização, o segurado, seus prepostos ou seus beneficiários, seus sócios controladores, dirigentes e administradores gerais e seus representantes legais, procurarem obter benefícios do Contrato de Seguro.

19.1.3 Se o segurado, seu representante, ou seu corretor de seguros fizer declarações inexatas ou omitir circunstâncias que possam influir na aceitação da proposta ou no valor do prêmio, perderá o direito à indenização, além de estar o segurado obrigado ao pagamento do prêmio vencido.

19.1.4 Se a inexatidão ou a omissão nas declarações não resultar de má-fé do segurado, a seguradora poderá:

I) Na hipótese de não ocorrência do sinistro:

a) cancelar o seguro, retendo do prêmio originalmente pactuado, a parcela proporcional ao tempo decorrido; ou

b) mediante acordo entre as partes, permitir a continuidade do seguro, cobrando a diferença de prêmio cabível, ou restringindo a cobertura contratada.

II) na hipótese de sinistro com pagamento parcial do capital segurado:

a) após o pagamento da indenização, cancelar o seguro, podendo reter do prêmio originalmente pactuado a parcela calculada proporcionalmente ao tempo decorrido, acrescido da diferença cabível; ou

b) permitir a continuidade do seguro, podendo cobrar a diferença de prêmio cabível, deduzi-la do valor a ser indenizado e/ou restringir termos e condições da cobertura contratada.

III) na hipótese de ocorrência de sinistro com pagamento integral do capital

segurado:

a) após o pagamento da indenização, cancelar o seguro, podendo deduzir do valor a ser indenizado a diferença de prêmio cabível.

19.2 O segurado está obrigado a comunicar à seguradora, logo que saiba, qualquer fato suscetível de agravar o risco coberto, sob pena de perder o direito à cobertura, se ficar comprovado que silenciou de má fé. A seguradora, desde que o faça nos quinze dias seguintes ao recebimento do aviso de agravação do risco pelo segurado, poderá, por meio de comunicação formal:

i. cancelar o seguro;

ii. restringir a cobertura contratada, mediante acordo entre as partes; ou

iii. cobrar a diferença de prêmio cabível, mediante acordo entre as partes.

19.3 O cancelamento do seguro só será eficaz trinta dias após a notificação ao segurado, devendo ser restituída a diferença do prêmio, calculada proporcionalmente ao período a decorrer.

20 - FORMAS DE PAGAMENTO DAS INDENIZAÇÕES

20.1 Será em conformidade com o previsto nas Condições Especiais do Seguro.

21 - BENEFICIÁRIOS

21.1 O Beneficiário será determinado em cada uma das Condições Especiais (Coberturas) estipuladas nas suas respectivas Condições Especiais.

21.2 O pagamento periódico de Indenização referente exclusivamente das mensalidades escolares será realizado diretamente à Instituição de Ensino. Nos seguros contributários será garantida a possibilidade de substituição da Instituição de Ensino que recebe diretamente a indenização.

22 - PRESCRIÇÃO

22.1 Os prazos prescricionais serão àqueles que a legislação vigente determinar.

23 - REGIME FINANCEIRO

23.1 Devido à natureza do regime financeiro de repartição simples, este plano não permite concessão de resgate, saldamento ou devolução de quaisquer prêmios pagos, uma vez que cada prêmio é destinado a custear o risco de pagamento das indenizações do período

24 - OBRIGAÇÕES DO ESTIPULANTE

24.1 Constituem obrigações do Estipulante:

a) Fornecer à seguradora todas as informações, previamente estabelecidas, necessárias para análise e aceitação do risco, incluindo dados cadastrais;

b) Manter a seguradora informada a respeito dos dados cadastrais dos segurados, alterações na natureza do risco coberto, de acordo com o definido contratualmente;

c) Fornecer ao segurado, sempre que solicitado, quaisquer informações relativas ao seguro contratado. Se não informado a seguradora o e-mail do segurado para encaminhamento do Certificado Individual, fica o Estipulante responsável pela

entrega aos segurados do Certificado Individual do Seguro para ciência dos benefícios contratados pela apólice de seguro.

d) Repassar os prêmios à seguradora, nos prazos estabelecidos contratualmente, caso seja responsável pelo recolhimento dos prêmios;

e) Repassar aos segurados todas as comunicações ou avisos inerentes à apólice coletiva, quando for responsável por tais ações;

f) Discriminar a razão social e, se for o caso, o nome fantasia da seguradora responsável pelo risco nos documentos, comunicações e materiais de comercialização e publicidade referentes ao seguro;

g) Comunicar, de imediato, à seguradora, a ocorrência de qualquer sinistro, ou expectativa de sinistro, referente ao grupo que representa, assim que deles tiver conhecimento, quando esta comunicação estiver sob sua responsabilidade;

h) Dar ciência aos segurados dos procedimentos e prazos estipulados para a liquidação dos sinistros;

i) Comunicar, de imediato, à Susep, quaisquer procedimentos que considerar irregulares quanto ao seguro contratado;

j) Fornecer à Susep quaisquer informações solicitadas, dentro do prazo por ela estabelecido.

k) Comunicar a seguradora sempre que pessoas politicamente expostas ingressarem no contrato e indicá-las, bem como comunicar se o segurado se tornar uma pessoa politicamente exposta;

24.2 É expressamente vedado ao estipulante e ao subestipulante:

i. cobrar dos segurados, nos seguros contributários, quaisquer valores relativos ao seguro, além dos especificados pela seguradora; e

ii. efetuar publicidade e promoção do seguro sem prévia anuência da seguradora e sem respeitar rigorosamente as condições contratuais do produto e a regulamentação de práticas de conduta no que se refere ao relacionamento com o cliente.

25 - PESSOAS POLITICAMENTE EXPOSTAS

25.1 Consideram-se expostas politicamente as pessoas naturais que ocupem ou tenham ocupado, nos 5 (cinco) anos anteriores, empregos ou funções públicas relevantes, assim como funções relevantes em organizações internacionais.

25.2 Para efeito do disposto no item 25.1, consideram-se pessoas expostas politicamente:

a) os detentores de mandatos eletivos dos Poderes Executivo e Legislativo da União;

b) os ocupantes de cargo, no Poder Executivo da União:

i. de Ministro de Estado ou equiparado;

ii. de Natureza Especial ou equivalente;

iii. de presidente, vice-presidente e diretor, ou equivalentes, de entidades da administração pública indireta; e

iv. do Grupo Direção e Assessoramento Superiores - DAS, níveis 6, ou equivalentes.

c) os membros do Conselho Nacional de Justiça, do Supremo Tribunal Federal, dos

Tribunais Superiores, dos Tribunais Regionais Federais, do Trabalho e Eleitorais, do Conselho Superior da Justiça do Trabalho e do Conselho da Justiça Federal;

d) os membros do Conselho Nacional do Ministério Público, o Procurador-Geral da República, o Vice Procurador-Geral da República, o Procurador-Geral do Trabalho, o Procurador-Geral da Justiça Militar, os Subprocuradores-Gerais da República e os Procuradores-Gerais de Justiça dos estados e do Distrito Federal;

e) os membros do Tribunal de Contas da União, o Procurador-Geral e os Subprocuradores-Gerais do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União;

f) os presidentes e tesoureiros nacionais, ou equivalentes, de partidos políticos;

g) os governadores e secretários de Estado e do Distrito Federal, os Deputados Estaduais e Distritais, os presidentes, ou equivalentes, de entidades da administração pública indireta estadual e distrital e os presidentes de Tribunais de Justiça, Militares, de Contas ou equivalente de Estado e do Distrito Federal; e

h) os Prefeitos, Vereadores, os Secretários Municipais, os presidentes, ou equivalentes, de entidades da administração pública indireta municipal e os Presidentes de Tribunais de Contas ou equivalente dos Municípios.

25.3 Também são consideradas pessoas expostas politicamente aquelas que, no exterior, sejam:

i. chefes de estado ou de governo;

ii. políticos de escalões superiores;

iii. ocupantes de cargos governamentais de escalões superiores;

iv. oficiais gerais e membros de escalões superiores do poder judiciário;

v. executivos de escalões superiores de empresas públicas; ou

vi. dirigentes de partidos políticos.

25.4 Também são consideradas pessoas expostas politicamente os dirigentes de escalões superiores de entidades de direito internacional público ou privado.

26 - EXCEDENTE TÉCNICO

26.1 Desde que previsto no Contrato de seguro e/ou Proposta de Contratação, a presente cláusula estabelece as condições de distribuição de resultados técnico da apólice ao Estipulante e/ou segurados do grupo.

26.2 Para efeito de apuração de resultados técnicos, consideram-se:

a) como receitas para fins de apuração dos resultados técnicos, no mínimo:

i. Prêmios líquidos de competência correspondentes ao período de vigência da apólice, efetivamente pagos;

b) como despesas para fins de apuração dos resultados técnicos, no mínimo:

i. comissões de corretagem pagas durante o período;

ii. comissões de administração (pró-labore) pagas durante o período;

iii. comissões de agenciamento pagas durante o período;

iv. valor total dos sinistros ocorridos em qualquer época e ainda não considerados até o fim do período de apuração, computando-se de uma só vez os sinistros com pagamento parcelado;

v. saldos negativos dos períodos anteriores, ainda não compensados;

- vi. despesas efetivas de administração da seguradora, estabelecidas na planilha de cálculo que deu origem à taxa média apresentada no grupo;
- vii. provisões de Sinistros Ocorridos e não Avisados – IBNR;
- viii. PIS / COFINS;
- ix. despesas com regulação de sinistros;
- x. valor do excedente técnico pago em exercício anterior.

26.3 As receitas e despesas serão atualizadas monetariamente pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), desde:

- i. o respectivo pagamento para prêmio e comissões;
- ii. o aviso à seguradora para os sinistros;
- iii. a respectiva apuração, para os saldos negativos anteriores
- iv. as datas em que incorreram, para as despesas de administração.

26.4 A apuração do resultado técnico será realizada após o término da vigência anual da apólice, depois de pagas todas as faturas do período e no prazo máximo de 60 (sessenta) dias a contar da última quitação e será atualizado monetariamente desde o término da vigência da apólice até a data da distribuição do excedente técnico, destinando-se aos segurados e/ou estipulante um percentual do resultado apurado, conforme convencionado, não cabendo qualquer adiantamento neste período.

26.5 Nos seguros parcial ou totalmente contributivo, o excedente técnico a ser distribuído pode ser, respectivamente, proporcional ou integralmente destinado ao segurado.

27 - RESCISÃO E ALTERAÇÃO CONTRATUAL

27.1 A apólice coletiva poderá ser rescindida a qualquer tempo mediante acordo entre as partes contratantes, com a anuência prévia e expressa de segurados que representem, no mínimo, três quartos do grupo segurado e consequente cancelamento dos certificados individuais vinculados à apólice coletiva.

27.2 No caso de rescisão do contrato, por iniciativa de quaisquer das partes contratantes e com a concordância recíproca, a seguradora poderá reter do prêmio recebido a parte proporcional ao tempo decorrido.

27.3 As características do seguro, como prêmios, coberturas e limites, serão reavaliados anualmente, tomando como base a experiência no período anterior, para manter o equilíbrio técnico-atuarial da apólice.

27.4 Quando houver necessidade de alteração do prêmio, isto será feito em comum acordo entre as partes.

27.5 Qualquer modificação na apólice, que implique em ônus ou dever para os segurados ou a redução de seus direitos, dependerá de anuência expressa dos segurados que representem no mínimo, três quartos do grupo segurado.

27.6 Quando a alteração não implicar ônus, dever ou redução de direitos aos segurados, esta poderá ser realizada apenas com a anuência do estipulante.

28 - FORO

28.1 Questões judiciais entre o segurado ou o beneficiário e a seguradora serão processadas no foro do domicílio do segurado ou beneficiário, conforme o caso.

28.2 Na hipótese de existência de relação de hipossuficiência entre as partes será válida a eleição de foro diverso.

29 - INFORMAÇÕES GERAIS

a) A aceitação do seguro estará sujeita à análise do risco;

b) O registro do produto é automático e não representa aprovação ou recomendação por parte da Susep; e

c) O segurado poderá consultar a situação cadastral do corretor de seguros e da seguradora no sítio eletrônico www.susep.gov.br.

d) As condições contratuais deste produto protocolizadas pela Centauro Vida e Previdência S/A junto à SUSEP poderão ser consultadas no endereço eletrônico www.susep.gov.br, de acordo com o número de processo 15414.637189/2024-81.



MATRIZ CURITIBA

Rua Nilo Cairo, 171 - Centro

CEP: 80060-050 - Curitiba/PR

Tel.: (41) 3019-0080

FILIAL SÃO PAULO/SP

Avenida Angélica, 2447, 15º andar, Cj 154

CEP 01227-200 São Paulo/SP

Tel.: (11) 3237-2146



/centauro.seguradora



0800.604.2222



@centauro.seguradora



centauroseguradora.com.br



CENTAURO
Seguros para viver